



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALJEZUR

### *Acta da terceira sessão ordinária de 2006 da Assembleia Municipal de Aljezur*

**\*\***

**LOCAL:** Sala de Sessões dos Paços do Município

**DATA:** 30 de Junho de 2006

**INÍCIO:** 21:15 horas

**ENCERRAMENTO:** 00:20 horas

**\***

**CONSTITUIÇÃO DA MESA:**

Maria de Lurdes Afonso Bento, Presidente

Licinia Mendes Rodrigues, Primeiro-Secretário

Manuel António Custódio Rosendo, Segundo-Secretário

**MEMBROS PRESENTES:**

Henrique Manuel Ramos Henriques, Dionísio Manuel Nifro da Silva, Vítor Manuel da Encarnação Vicente, Amílcar Manuel Marreiros Duarte, José Carlos Pacheco da Silva, Manuel Alberto Santinho Cristo, Rosa Maria dos Santos Cigarra Rocha, Francisco António Baptista Ferreira, Ana Maria Ferreira Santos, José Manuel dos Santos Marreiros e Eliezer João Candeias

**\***

**VERIFICOU-SE A AUSÊNCIA DOS SEGUINTE MEMBROS:**

Fernando Manuel Costa Rosa e Sérgio Manuel Silva Santos

**\***

**ABERTURA DA SESSÃO** – Verificando-se a presença da maioria dos membros da Assembleia Municipal, a Senhora Presidente da Mesa, declarou aberta a sessão pelas 21:15 horas.

## PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

### **PONTO NÚMERO UM**

**APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ANTERIOR:** – Foi presente a acta da sessão ordinária realizada no dia vinte e oito de Abril de dois mil e seis.-----  
Posta à votação, foi a mesma aprovada por maioria, com a abstenção da Senhora Ana Santos.-----

### **PONTO NÚMERO DOIS**

**LEITURA DO EXPEDIENTE, INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS:** – Foi lida a seguinte correspondência, a qual se encontra arquivada em pasta anexa:-----  
– de Junta de Freguesia de Aljezur, ofício número duzentos e trinta e sete, de vinte e sete de Abril de dois mil e seis, enviando cópia de ofício do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional sobre degradação de equipamento e desmoronamento de talude.-----

**O SENHOR ANTÓNIO MANUEL GUERREIRO LOPES PASSOU A FAZER PARTE DOS TRABALHOS.-**

**SUBSTITUIÇÃO DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA:** – Foi lido o ofício do membro José António Duarte, de vinte e dois de Junho de dois mil e seis, informando que por se encontrar ausente da área do Município não lhe é possível comparecer na presente sessão, solicitando a sua substituição.-----

Tendo o membro a seguir na lista comunicado a sua indisponibilidade para efectuar a referida substituição, foi empossado o Senhor António José Duarte de Oliveira Rosa, portador do Bilhete de Identidade número oito milhões quinhentos e sessenta mil duzentos e cinquenta e oito, emitido em nove de Janeiro de dois mil e quatro, pelo Arquivo de Identificação de Faro.-----

– de Assembleia Municipal de Loulé, ofício número duzentos e vinte seis, de vinte de Março de dois mil e seis, acusando recepção de moção sobre o Plano sectorial da rede Natura dois mil.-----

– de Câmara Municipal de Aljezur, ofício número cinco mil quatrocentos e catorze, de nove de Maio de dois mil e seis, enviando acta da reunião da Junta Metropolitana, realizada no dia três de Abril de dois mil e seis.-----

– de Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, ofício número dois mil quatrocentos e trinta e sete, de nove de Maio de dois mil e seis, acusando recepção de moção sobre o curso de medicina na Universidade do Algarve.-----

– de Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, ofício número duzentos e setenta e sete, de nove de Maio de dois mil e seis, acusando recepção de moção sobre o curso de medicina na Universidade do Algarve.-----

– de Grupo Parlamentar do Partido Popular, ofício nove de Maio de dois mil e seis, acusando recepção de moção sobre o curso de medicina na Universidade do Algarve.-----

– de Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ofício número seiscentos e sessenta e oito, de dez de Maio de dois mil e seis, acusando recepção de moção sobre o curso de medicina na Universidade do Algarve.-----

– de Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, ofício número três mil quinhentos e dezanove, de doze de Maio de dois mil e seis, acusando recepção de moção sobre o curso de medicina na Universidade do Algarve.-----

– de Câmara Municipal de Aljezur, ofício número seis mil trezentos e quatro, de vinte e três de Maio de dois mil e seis, enviando acta da reunião do Conselho Directivo da Terras do Infante – Associação de Municípios, realizada no dia vinte e sete de Março de dois mil e seis.-----

– de Gabinete do Primeiro-Ministro, ofício número oito mil quatrocentos e vinte e um, de vinte e quatro de Maio de dois mil e seis, acusando recepção de documento sobre a revisão do Plano Regional de Ordenamento do Algarve, informado que o mesmo foi remetido ao Ministério do Ambiente, do

Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.-----  
– de Grupo Parlamentar de “Os Verdes”, faxe de sete de Junho de dois mil e seis, acusando recepção de moção sobre as vias de comunicação.-----  
– de Assembleia Municipal de Alcoutim, ofício número cinquenta e nove, de quatro de Maio de dois mil e seis, enviando moções sobre “Ponte Internacional sobre o Rio Guadiana – Alcoutim/San Lucar del Guadiana”, “Curso de Medicina – já” e “A revolução de Abril, a Constituição da República e o primeiro de Maio”.---  
– de Assembleia Municipal de Lagos, ofício número duzentos e vinte e quatro, de nove de Maio de dois mil e seis, acusando recepção da tomada de posição acerca da proposta final de revisão do Plano Regional de Ordenamento do Algarve.-----  
– de Associação Nacional de Municípios Portugueses, faxe de treze de Junho de dois mil e seis, informando sobre iniciativas legislativas sobre o protocolo do Estado.-----

**PONTO NÚMERO TRÊS**

**OUTROS PONTOS EVENTUAIS PREVISTOS NO REGIMENTO:** – O Senhor Amílcar Duarte perguntou se o Município de Aljezur, se a Assembleia Municipal ou Câmara Municipal tomaram alguma posição em relação à correspondência recebida sobre a proposta de protocolo de estado, achando que valia a pena tomar uma posição, porque há coisas que mereciam ser esclarecidas.-----  
Pergunta qual a situação em que encontra o Plano Regional do Ordenamento do Território e a Rede Natura dois mil.-----

Em relação a obra do passeio na avenida, pergunta se não se pode acelerar o processo, pois é uma obra que está a demorar algum tempo.-----

**SUBSTITUIÇÃO DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA:** – Foi lido o ofício do membro Johannes Alexander Schydlo, de dezanove de Junho de dois mil e seis, informando que por se encontrar ausente do país não lhe é possível comparecer na presente sessão, solicitando a sua substituição na mesma.-----

Em sua substituição, foi empossado o Senhor Emanuel Marreiros Amaro de Jesus, portador do Bilhete de Identidade número seis milhões oitocentos e trinta e nove mil setecentos e dezassete, emitido em dezassete de Outubro de dois mil e cinco, pelos Serviços de Identificação de Faro.-----

O Senhor Amílcar Duarte sugere que na estrada que liga a Cruz à estrada de Marmeleite que passa próximo da ribeira seja colocado um pavimento, pois naquelas condições levanta muita poeira.-----

Chama a atenção para o caixote do lixo que está na estrada junto à pizzaria “A Bica” que se devia arranjar um sítio para se pôr o mesmo em local seguro.-----

A Senhora Ana Santos disse que apesar de achar a obra do passeio de bom gosto, queria alertar e sugerir que houve falta de atenção num pormenor, a colocação daqueles pilares que só são inibidores de um carro subir para o passeio, que seria bom colocar uma corrente, que não iria interferir com a água numa questão de cheias e isso iria fazer com que uma pessoa pudesse andar mais à vontade na avenida com os pequeninos, ou seja haveria uma barreira entre o passeio e a estrada.-----

Fazia um pedido que era colocar um espelho ao junto da Câmara Municipal antiga que possibilita-se os condutores verem quem sobe e vice-versa, e também seria bom a colocação de um espelho no novo espaço de estacionamento criado na Rua vinte e cinco de Abril.-----

O Senhor Amílcar Duarte disse em relação ao passeio que não seria má ideia se esses pinos fossem removíveis, porque permitiria numa altura de cheias retirá-los, pois numa cheia o entulho prende ali e faz uma barreira.-----

O Senhor António Lopes disse ser importante que se faça uma paragem de autocarros no lado direito, porque a paragem do lado contrário congestionava todo o movimento na Rua vinte cinco de Abril.-----

Disse que seria importante também criar outra passagem de peões na Rua vinte cinco de Abril e gostaria de saber como é que a estrada Aljezur/Arrifana acabada de reparar já está de novo naquele estado, a quem cabe a responsabilidade.-----

O Senhor Vice-Presidente da Câmara explicou que a ausência do Senhor Presidente da Câmara deve-se ao facto deste se encontrar em representação da Câmara Municipal numa reunião do Conselho Directivo da Associação Nacional de Municípios, cujo assunto tem a ver com as propostas feitas sobre a lei das finanças locais.-----

Congratula o facto da Assembleia reconhecer que a obra do passeio está a ficar bonita e agradável.-----

Em relação ao protocolo de estado, disse que o Chefe de Gabinete do Senhor Presidente da Câmara teve possibilidade de participar numa acção de formação acerca desta matéria e trouxe essa bibliografia e distribuiu pelo executivo, mas admite que se venha a tomar alguma posição.-----

Relativamente ao Plano Regional do Ordenamento do Território crê estar terminada a fase de concertação com as diversas autarquias e crê que é intenção do Governo durante os meses de Setembro e Outubro pôr à discussão pública o documento e crê que é intenção do Governo aprovar à semelhança de outros, o Plano Regional do Ordenamento do Território até final do ano.-----

Temos esperança que haja uma fase de concertação que possa haver mais diligências por parte da autarquia e da AMAL para que de facto outras situações que não se prevêem possam ser propostas.-----

Em relação a obra do passeio disse que de facto está a levar mais tempo que o previsto, o empreiteiro teve de atrasar a obra devido à entrega dos lancis, mas espera-se ganhar agora algum tempo.-----

Quanto ao caminho da Cruz vai tomar nota da situação, assim como verificar a situação do caixote do lixo.-----

Em relação à corrente nos pilares elas poderão ser colocadas a qualquer altura e retém essa ideia, os pilares não são amovíveis, pensamos nisso mas os que se viram eram muito fracos, uma coisa que se vai colocar também naquela obra são vinte e duas floreiras essas amovíveis, dentro da mesma linha.-----

Em relação aos espelhos vai verificar e tomar isso em atenção.-----

As paragens dos autocarros não poderiam ser incluídas nesta obra, elas vão ser tratadas em sede de projecto de execução do Mercado Municipal e logo que se possa será trazido à Assembleia Municipal para se pronunciarem acerca dele, o mesmo prevê uma saída de passageiros no lado direito e outra no lado esquerdo, e os técnicos estão a estudar a melhor maneira.-----

Em relação as passadeiras elas não dependem da Câmara Municipal, faz todo o sentido e já o solicitarm.-----

Em relação à Estrada Aljezur/Arrifana O Senhor António Lopes tem toda a razão, a responsabilidade é do empreiteiro, agora vamos pedir responsabilidades, em pontos pontuais foi a Câmara quem fiscalizou aquela obra. Tanto quanto se sabe aquelas terras são difíceis e aquela estrada nunca ficou em condições.-----

O Senhor José Marreiros fez a seguinte intervenção:-----

“Corria o ano de dois mil e dois quando a Câmara Municipal de Aljezur assinou um protocolo com a Movijovem no intuito de ser criada uma pousada da juventude na Arrifana.-----

Desde então, esse processo foi alvo dum revês, tendo mesmo passado uma temporada guardado numa gaveta. Felizmente e ainda bem para o Concelho de Aljezur este processo viu de novo a luz do dia pela mão do Partido Socialista em dois mil e seis.-----

A bancada do Partido Socialista regozija-se pelo facto de no passado dia dezasseis, se realizar ao auto de consignação da obra da Pousada da Juventude

da Arrifana na presença do excelentíssimo Senhor Secretário da Juventude, o doutor Laurentino José Nunes Pinto Costa Dias e o Director da Movijovem, que de seguida colocaram a primeira pedra de tão importante obra para o sector turístico do Concelho.-----

Esta obra que se tornará numa unidade hoteleira que estará à disposição não só dos jovens, como de jovens de espírito, pelo facto, aqui fica a nossa satisfação pelo início da obra que está em curso.” -----

O Senhor Vítor Vicente fez um comentário ao ofício que foi enviado pela Junta de Freguesia de Aljezur sobre degradação de equipamentos e desmoronamento de talude, e disse que mais vale tarde que nunca, mas é lamentável que estejamos em plena época balnear e que não tenham dito que futuramente os vão arranjar.-----

Pergunta para quando a reparação da estrada Aljezur/Marmelete.-----

A Senhora Rosa Cigarra disse que de facto há uns tempos atrás vimos aqui um projecto e passado uns tempos veio o assunto à Assembleia e o Senhor Presidente da Câmara na altura disse que Aljezur ficaria prejudicado com o negócio e com as contrapartidas que eles nos exigiam, portanto o melhor era desistir agora, não está contra a Pousada da Juventude, mas contra a localização, mas isso, é outra questão.-----

Depois do Senhor Presidente da Câmara dizer aqui que o Concelho sairia prejudicado ao aceitar a construção da Pousada devido às contrapartidas e agora de repente é lançada a primeira pedra, pergunta o que é que aconteceu, houve alguma negociação e Aljezur já não vai ser prejudicado, o que é que levou a avançar com a construção?-----

O Senhor Vice-Presidente da Câmara disse que em relação à estrada Aljezur/Marmelete estamos a aguardar parecer por parte do Instituto de Estradas e encontra-se incluída no PROT, conseguimos que passasse para investimento e para primeira prioridade e aguardamos que assim seja.-----

Em relação a Pousada da Juventude o quadro comunitário estava a terminar, o concurso foi lançado pela Movijovem e foi da responsabilidade desta, o acordo que foi proposto pela antiga administração não servia de facto, digamos que este processo surgiu rapidamente, disseram-nos que vinham cá lançar a primeira pedra, a obra estava adjudicada e havia necessidade de utilizar o dinheiro comunitário para não voltar para trás. Faremos e aceitaremos um acordo que seja benéfico para o Município e crê que a Movijovem estará disponível para aceitar.-----

O Senhor Amílcar Duarte disse não se regozijar quando a Pousada estiver pronta, não se regozija com o lançamento da primeira pedra, tal como quando da apresentação da obra, como sendo um facto que ia avançar dali a pouco tempo, quando a apresentação da mesma foi feita em plena campanha eleitoral.--

#### PERÍODO DA ORDEM DO DIA

A Senhora Presidente da Mesa disse que havia sido apresentados dois assuntos para serem discutidos nesta Assembleia, mas hoje pelas dezoito horas foram apresentadas duas moções para serem introduzidas na ordem de trabalhos, na altura foi pedido para introduzir dois assuntos e não duas moções, as mesmas chegaram só hoje, uma sobre a lei das finanças locais a outra sobre a água.----- Disse pôr à consideração da Assembleia se estas moções são aceites como tal ou apenas como assuntos para discussão.-----

O Senhor Amílcar Duarte disse que obviamente foram colocados como pontos na ordem de trabalhos, não foi colocado como moções, significa que nesse ponto vai ser discutido esse tema como está ou outras moções que qualquer bancada pode apresentar uma vez que está agendado na ordem de trabalhos.-----

A ideia foi colocar estes dois pontos na ordem de trabalhos para poder apresentar as moções, pede desculpa por enviar tão tardiamente as moções mas só foram terminadas nesse momento.-----

A Senhora Presidente da Mesa disse que quando foi pedido para colocar estes dois pontos na ordem de trabalhos ainda se estava muito a tempo para fazer chegar aos membros as moções para que as pudessem ler e aprofundar o conhecimento sobre estes assuntos importantes.-----

O Senhor José Marreiros disse não achar correcto que apareçam na ordem do dia como assuntos e à última da hora como moções.-----

A forma como entrou não é a mais correcta, discutir o assunto como está na ordem de trabalhos tudo bem, seguia os trâmites normais, agora como moções.--

O Senhor Dionísio Silva disse que discutir um assunto é sempre legítimo, ficamos com troca de ideias sobre esse tema e é perfeitamente normal e aceitável e é bom que isso aconteça, o problema é quando o assunto pressupõe uma tomada de posição e isso na sua óptica deve ser trabalhado com muito mais atenção porque não é só uma troca de ideias, são tomadas posições para o bem ou para o mal que veiculam quem os vota.-----

Acha que seria bom que quando há situações importantes que pudessem ser recebidas com algum tempo de antecedência, e isso deveria ser para qualquer bancada.-----

O Senhor Vítor Vicente disse que nos devemos seguir pelo regimento, e o que o regimento diz tal como a lei, até cinco dias antes pode ser pedido o agendamento e o material de suporte deve acompanhar, para que a Assembleia distribua por todos os membros até quarenta e oito horas antes, por vezes há que haver algumas amabilidades, mas sem perdermos de vista aquilo que é o regimento pelo qual nos devemos reger.-----

Disse ainda não ter lido a moção e disse ter alguma preocupação sobre o tema.--

O Senhor Manuel Cristo disse não se sentir capacitado para aprovar uma moção sobre uma proposta de lei que está este fim-de-semana a ser analisado pela Associação Nacional de Municípios e que vai ser analisado na segunda-feira pela Junta Metropolitana do Algarve, acha prematuro votar esta matéria.-----

Acha que devemos ter uma opinião de pessoas que conhecem e não melhor que a Junta Metropolitana ou a Associação Nacional de Municípios que têm lá pessoas que conhecem e nos podem ajudar a tomar decisões.-----

A Senhora Rosa Cigarra disse que esta moção foi apresentada na AMAL há dois dias e foi retirada sobre proposta do Partido Social Democrata e do Partido Socialista por se considerar precoce discutir um assunto que ainda não se sabe sequer qual o diploma final.-----

Uma vez que ninguém sabe ainda o texto final é só um projecto de lei e como ainda estão a reunir e essas pessoas tem muito mais capacidade porque são Presidentes de Câmara que estão a analisar o documento e são eles que trabalham com este documento directamente, só depois dessas pessoas terem uma opinião é que também podemos analisar.-----

A Senhora Presidente da Mesa propôs ao proponente destas moções para que as retire e que sejam agendadas numa outra Assembleia, nem que seja extraordinária, depois de se ter um melhor conhecimento sobre o assunto.-----

O Senhor Amílcar Duarte disse achar que qualquer membro pode propôr moções ou tomadas de posição dentro dos pontos agendados na ordem de trabalhos, crê que isso consta no regimento da Assembleia.-----

Na correspondência que nos foi enviada é pedido pela Senhora Presidente da Assembleia que se dê os contributos individuais ou colectivos que venham enriquecer esta análise, o prazo era até vinte e oito de Junho e pergunta se esta Assembleia mandou algum contributo pessoal ou colectivo, a sua proposta é que

isto seja um contributo colectivo para a Assembleia Nacional de Municípios, poder também ter em conta este documento para análise.-----

Está lei ainda não está promulgada, tomar posição depois das coisas estarem já feitas o seu espírito não é esse. Disse crer que esta lei prejudica os Municípios e que é importante tomar posição sobre ela, discutir aqui e não sair nada que contribua para melhorar o projecto de lei que está em discussão.-----

Não retira as moções e além disso a moção das águas foi uma moção trazida aqui em Setembro e disseram que não tinham informação para poder discutir.---

A Senhora Presidente da Mesa disse que o que chegou para agendar foram assuntos e não as moções.-----

O Senhor José Marreiros disse que tem a ver com a forma como os assuntos entraram e que ninguém conseguiu ler as moções e ter uma opinião sobre as mesmas.-----

Posta à votação a introdução da moção sobre “Lei das Finanças Locais”, foi a mesma rejeitada por maioria, com os votos a favor dos Senhores Amílcar Duarte e António Rosa, contra os Senhores Maria de Lurdes Bento, Licínia Rodrigues, Manuel Rosendo, Henrique Henriques, Dionísio Silva, Emanuel Marreiros, José Carlos Silva, Manuel Cristo, Francisco Ferreira, José Marreiros, Eliezer Candeias e Rosa Cigarra, abstiveram-se os Senhores António Lopes, Vítor Vicente e Ana Santos.-----

**DECLARAÇÃO DE VOTO DA SENHORA ROSA CIGARRA:**-----

“Votei contra precisamente pela forma como foi apresentada e por ser precoce estar aqui a discutir mesmo que tivesse sido em tempo apresentar ou votar uma moção sobre um projecto de lei que ainda nem o próprio projecto está finalizado, é um assunto sério que deve ser debatido e discutido num futuro próximo e quando se tiver uma base legal para trabalhar.”-----

**DECLARAÇÃO DE VOTO DO SENHOR MANUEL CRISTO:**-----

“Votei contra pessoalmente por não ter condições de votar uma moção sem a ter analisado, é uma matéria para a qual não estou informado.”-----

**DECLARAÇÃO DE VOTO DO SENHOR DIONÍSIO SILVA:**-----

“Votei contra com a convicção que está a cumprir o regimento.”-----

Posta à votação a introdução da moção sobre “Privatização da água”, foi a mesma rejeitada por maioria, com o votos a favor dos Senhores Amílcar Duarte e António Rosa, contra os Senhores Maria de Lurdes Bento, Licínia Rodrigues, Manuel Rosendo, Henrique Henriques, Dionísio Silva, Emanuel Marreiros, José Carlos Silva, Francisco Ferreira, José Marreiros, Eliezer Candeias, abstiveram-se os Senhores António Lopes, Manuel Cristo, Vítor Vicente, Rosa Cigarra e Ana Santos.-----

**DECLARAÇÃO DE VOTO DO SENHOR ANTÓNIO LOPES:**-----

“Abstive-me por considerar que o assunto já foi muito debatido e já houve alguma consciencialização.-----

Acho que qualquer membro pode apresentar uma moção mesmo que no decorrer duma Assembleia e essa Assembleia é soberana para aceitar ou não.”-----

**DECLARAÇÃO DE VOTO DO SENHOR VÍTOR VICENTE:**-----

“Temos que nos consciencializar sobre o regimento, os assuntos quando são agendados devem ter material de suporte a acompanhar, o facto de estar um assunto não dá o direito de cada um dos membros trazer uma moção sobre o assunto.-----

Nos cinco dias antes podemos pedir o agendamento sobre a mesma matéria e sobre eles temos de discutir e tomar deliberações, esta é a declaração de voto da minha abstenção.”-----

**DECLARAÇÃO DE VOTO DO SENHOR MANUEL CRISTO:**-----

“Faz dele as palavras do Senhor Vítor Vicente e além disso porque segundo o que

o Senhor Amílcar Duarte disse este assunto já veio a Assembleia e ele nessa reunião não esteve presente.”-----

**PONTO NÚMERO UM**

**LEI DAS FINANÇAS LOCAIS:** – O Senhor Vice-Presidente da Câmara disse que é um assunto que está na ordem do dia, o documento suscita algumas dúvidas e reservas em particular na constitucionalidade de algumas questões que tem a ver com as taxas, esta proposta legislativa manda para cima das Autarquias mais competências e mais responsabilidades e a dúvida é se estas competências têm recursos financeiros e humanos agarrados, isto vai ao ponto dos Municípios terem poderes executivos nos centros de saúde, escolas, acção social.-----

Já algumas conclusões do ponto de vista da Associação Nacional de Municípios, esta determinou que há uma redução gradual da transferência de verbas na origem dos sete vírgula um por cento.-----

Em relação à capacidade de endividamento é algo que está a preocupar também os Municípios, a Associação Nacional de Municípios chegou à conclusão que cento e oitenta Municípios já chegaram a esse endividamento.-----

**PONTO NÚMERO DOIS**

**PRIVATIZAÇÃO DA ÁGUA:** – O Senhor António Rosa pergunta qual a perspectiva em relação ao abastecimento de água este ano.-----

O Senhor Vice-Presidente da Câmara disse que pessoalmente não tem nada contra a privatização da água desde que se tenha o controle público.-----

Quanto à questão responde que a partir de Agosto estamos com capacidade para receber água do sistema multimunicipal de águas.-----

O Senhor Amílcar Duarte disse que existe uma lei que foi aprovada que acha que é penalizadora para a população e que não serve o país e era isso que gostava que esta Assembleia tivesse tomado uma posição em Setembro, ora não foi possível, pensou que agora fosse possível, novamente é tida como inoportuna, também existe um plano estratégico do abastecimento de águas e do saneamento de águas residuais, pelos vistos também não é preciso tomar posição sobre isso. Podia-se discutir mas depois de tamanha discussão para não falar deste tema não lhe apetece discutir. Discutir sem tomar posição.-----

**INTERVALO:** - Foi pela Senhora Presidente da Mesa proposto e aceite pela Assembleia, um intervalo de dez minutos.-----

**REINÍCIO DOS TRABALHOS:** - Reiniciados os trabalhos, verificou-se a ausência do Senhor Amílcar Duarte.-----

**PONTO NÚMERO TRÊS**

**MOÇÃO SOBRE CUIDADOS CONTINUADOS DE SAÚDE:** – Pelo Partido Social Democrata foi apresentada a seguinte moção:-----

“Moção – Cuidados Continuados de Saúde-----

**Tendo em conta que:**-----

A população do Concelho de Aljezur é de aproximadamente cinco mil e trezentos residentes, sendo que destes, uma percentagem bastante elevada é constituída por idosos, de poucos recursos, com dependências várias e dispersas pelo Concelho, vivendo em situações de isolamento.-----

Situação esta resultante do ritmo de vida actual, com o conseqüente desfasamento da estrutura social e familiar.-----

Tomando em consideração a Resolução do Conselho de Ministros número oitenta e cinco barra dois mil e cinco, onde se prevê a criação da Rede de Cuidados Continuados Integrados de Saúde e Apoio Social, precisamente para colmatar as situações de isolamento da população idosa e dependente, e na perspectiva da criação de serviços comunitários de proximidade, em respeito pela dignidade do idoso e da pessoa dependente, **propomos:**-----

- Que a Câmara Municipal de Aljezur desencadeie um processo de

estabelecimento de parcerias com os Serviços de Segurança Social, a Santa Casa da Misericórdia de Aljezur e os Serviços de Saúde Distrital, com o objectivo da criação de uma Unidade de Cuidados Continuados de Saúde, no âmbito da Rede Social no Concelho de Aljezur;-----

Dê-se conhecimento desta Moção a Sua Ex<sup>a</sup>. Senhor Presidente da República, Sua Ex<sup>a</sup>. Senhor Presidente da Assembleia da República, Sua Ex<sup>a</sup>. Senhor Primeiro Ministro, Grupos Parlamentares da Assembleia da República, Senhor Governador do Distrito de Faro, Senhores Deputados Eleitos pelo Círculo de Faro, Senhor Presidente da Assembleia Metropolitana do Algarve, Senhor Presidente da Junta Metropolitana do Algarve, e aos Órgãos de Comunicação Social.-----  
Aljezur trinta de Junho de dois mil e seis.-----

Os Membros da Bancada do PPD/PSD.-----  
Ana Santos, Rosa Cigarra e Vítor Manuel da Encarnação Vicente.”-----

A Senhora Ana Santos disse que esta moção tem por base também algumas directivas que foram dadas pelo Governo, estes cuidados continuados de saúde já estão implementados em muitos concelhos com sucesso e seria de todo o benefício para a população do Concelho de Aljezur, visto que temos uma população bastante envelhecida e dispersa.-----

Estes cuidados continuados de saúde que sugerimos implantar aqui no Concelho iria colmatar muitos desses factos, o facto de muitos idosos estarem a ocupar camas em hospitais por uma questão social e não por um problema de saúde.----

Estes cuidados continuados de saúde pretendem também que a família não se abstenha e permita que exista humanidade e respeito pela pessoa idosa e incapacitada.-----

O Senhor José Marreiros disse que a resolução do concelho de ministros é de vinte e quatro de Fevereiro de dois mil e cinco, o que está agora em vigor é a lei cento e um barra dois mil e seis. Portanto vai funcionar como uma experiência piloto durante um ano, não lhe parece neste momento, correcto estar a propôr à Câmara Municipal quando não se sabe qual o futuro da experiência, experiência até que poderá vir a ser de interesse de privados.-----

O Senhor Eliezer Candeias disse estar de acordo com o que a Senhora Ana Santos disse, são realidades, mas que estão a ser tomadas medidas na base da Rede Social em que a Câmara é entidade máxima.-----

A Junta de Freguesia do Rogil também é uma das parceiras da Rede Social.-----

O que a Senhora Ana Santos falou está a ser tratado em parceria e em devido tempo isso vai acontecer.-----

Acha que é inoportuno e não é necessário estar aqui a exigir, porque a Câmara já está empenhada para que a Rede Social funcione como deve ser.-----

**O SENHOR AMÍLCAR MANUEL MARREIROS DUARTE PASSOU NOVAMENTE A FAZER PARTE DOS TRABALHOS.**-----

O Senhor António Rosa disse que esta moção tem toda a lógica e tudo o que seja para benefício de assistência e tratamento tem todo o sentido, até acha que a Câmara deveria criar condições para que houvesse estruturas para que pudessem viverem cá e trabalhar, até poderia ser criada uma unidade móvel.----

O Senhor Eliezer Candeias disse que o grande papel político é fazer o melhor pelo Concelho.-----

O Senhor Amílcar Duarte disse ter algumas dúvidas, acha que a posição é positiva, isso vai ao arrepio com a política do Partido Socialista e do Partido Social Democrata, de realmente acabar com as pequenas unidades, por outro lado, em termos de moção acha que seria bom dar conhecimento à Administração Regional de Saúde e ao Ministro da Saúde.-----

O Senhor Vítor Vicente disse que a razão de não estar na moção dar conhecimento a Administração Regional de Saúde e ao Ministro é por que se dá

à tutela e esta encarregar-se-á de a fazer chegar.-----  
Posto à votação, foi aprovado por maioria, com as abstenções dos Senhores Maria de Lurdes Bento, Licínia Rodrigues, Manuel Rosendo, Henrique Henriques, Dionísio Silva, José Carlos Silva, Manuel Cristo, Francisco Ferreira, José Marreiros e Eliezer Candeias.-----

O Senhor Vice-Presidente da Câmara disse que pessoalmente esta moção é mais uma recomendação à Câmara Municipal, de facto, como o Senhor Presidente da Junta de Freguesia disse e muito bem, que de facto esta resolução do concelho de ministros apontava para a criação da lei da rede cuidados continuados integrados de saúde, mas na prática não criou, esta lei torna transitória o despacho quatrocentos e sete, de noventa e oito de quinze de Maio a cerca dos serviços de apoio domiciliário.-----

Estas unidades vão agora ser criadas, vão ser adaptadas a esta filosofia e vai ser objecto de despacho conjunto da parte da Segurança Social e da Saúde. Resposta que o Concelho tem nesta matéria não podemos esquecer que a Santa Casa promove o serviço de apoio ao domiciliário, o Centro de Saúde garante tratamento ao domicílio, o importante papel das Juntas de Freguesia nomeadamente no apoio domiciliário, o importante trabalho da Rede Social tem desenvolvido no Concelho de Aljezur.-----

A Rede Social previu já no seu plano de desenvolvimento social a criação desta rede de cuidados de saúde.-----

#### **PONTO NÚMERO QUATRO**

**APROVAÇÃO DA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS DA EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DO PARQUE DE FEIRAS E EXPOSIÇÕES DE ALJEZUR – PRIMEIRA FASE:** – Pela Mesa foi lida a certidão da deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião de treze de Junho de dois mil e seis, a qual fica arquivada em pasta anexa.-----

A Senhora Ana Santos disse lhe ter surgido uma dúvida em relação ao valor base, as obras são feitas em binário e depois o valor final é sempre superior ao apresentado em linha, gostaria de saber o porquê?-----

A Senhora Rosa Cigarra disse que gostaria de saber em relação ao parque das feiras, se é para já, uma vez que na informação do Presidente esta que ainda não está em concurso público.-----

O Senhor Vice-Presidente da Câmara disse que a diferença de valores verificada deve-se ao valor do IVA.-----

Em relação ao parque das feiras está-se a pedir as propostas e a obra ainda vai começar este ano.-----

Posto à votação, foi aprovado por unanimidade.-----

#### **PONTO NÚMERO CINCO**

**APROVAÇÃO DA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS DA EMPREITADA DA QUALIFICAÇÃO URBANA DA CARRAPATEIRA:** – Pela Mesa foi lida a certidão da deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião de treze de Junho de dois mil e seis, a qual fica arquivada em pasta anexa.-----

Posto à votação, foi aprovado por unanimidade.-----

#### **PONTO NÚMERO SEIS**

**APROVAÇÃO DA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS DA EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DE MELHORAMENTOS NO PORTINHO DA ARRIFANA:** – Pela Mesa foi lida a certidão da deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião de treze de Junho de dois mil e seis, a qual fica arquivada em pasta anexa.-----

Posto à votação, foi aprovado por unanimidade.-----

#### **PONTO NÚMERO SETE**

**APROVAÇÃO DA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS DA EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DA ESCOLA DO PRIMEIRO CICLO DE ODECEIXE:** – Pela Mesa foi lida a certidão da deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião de treze de Junho de dois mil e seis, a qual fica arquivada em pasta anexa.-----  
Posto à votação, foi aprovado por unanimidade.-----

**PONTO NÚMERO OITO**

**APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** – A Assembleia Municipal tomou conhecimento da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara.-----

**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

Do público presente não se registou qualquer pedido de intervenção.-----

**APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA:** – Foi deliberado por unanimidade, aprovar a acta em minuta.-----

**FORMA DE VOTAÇÃO NAS DELIBERAÇÕES TOMADAS:** – Em todas as deliberações tomadas no decorrer da presente sessão, foi utilizada a forma de votação por braço no ar.-----

**ENCERRAMENTO:** – E nada mais havendo a tratar, pela Senhora Presidente da Assembleia foi declarada encerrada a sessão pelas zero horas e vinte minutos do dia um de Julho de dois mil e seis, mandando que, de tudo para constar, se lavrasse a presente acta.-----

E eu, Licínia Mendes Rodrigues, Primeiro-Secretário, para os devidos efeitos a redigi e subscrevo.-----

\*\*\*

O Presidente

---

O Primeiro-Secretário

---